

A POSIÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DIANTE DOS MOVIMENTOS SINDICAIS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: ENTRE O APOIO E A CRÍTICA

THE POSITION OF THE FEDERAL DEPUTIES OF THE WORKERS' PARTY BEFORE THE TRADE UNION MOVEMENTS IN THE 1980S AND 1990S: BETWEEN SUPPORT AND CRITICISM

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz ¹

RESUMO: O objetivo do texto é apresentar como os deputados federais do Partido dos Trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, construíram uma relação com o movimento sindical. Nos anos 80, as greves foram instrumentos para a luta e a busca do trabalhador por liberdades democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho; nos anos 90, esta teve como função a luta pela manutenção dos direitos trabalhistas. Na perspectiva metodológica, o uso do discurso político constitui um instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos. Os parlamentares petistas se posicionaram por meio do apoio aos movimentos sindicais em momento de garantir a greve em forma de leis e criticamente, quando da atuação sindical diante da ofensiva neoliberal nos anos 90.

Palavras-chaves: Deputados federais, Partido dos Trabalhadores, movimentos sindicais.

ABSTRACT: *The purpose of the text is to present how the federal deputies of the Workers Party in the 1980s and 1990s built a relationship with the union movement. In the 1980s, strikes were instruments for fighting and seeking the worker for democratic freedoms and for better living and working conditions; in the 1990s, it had as its function the fight for the maintenance of labor rights. In a methodological perspective, the use of political discourse constitutes a privileged moment for political action, amid events and events. The PT representatives stood by supporting trade union movements in order to guarantee the strike in the form of laws and critically when the trade union action in the face of the neoliberal offensive in the 1990s.*

Keywords: *Federal deputies, Workers' Party, trade union movements.*

¹ Mestre e especialista em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Docente do Estado de Minas Gerais. Tutor a distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil. E-mail: glaubereduardoribeirocruz@gmail.com

Introdução

Este texto está dividido em duas partes: a primeira, uma análise da posição dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores diante do movimento sindical na década de 1980; a segunda, sobre o posicionamento dos parlamentares nos anos 90 diante da atuação sindical diante do neoliberalismo; segue uma reflexão sobre as consequências para a relação entre o partido e o sindicato.

É necessário explicitar as fontes que serão utilizadas no texto: os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) estão localizados no Diário do Congresso Nacional (1983-1995) e no Diário da Câmara dos Deputados (1995-1998) encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum/a autor/autora que deles tenha se utilizado como objeto de análise.

As fontes partidárias também serão importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária.²

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas, como no plenário do Congresso Nacional, é o *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade do Partido dos Trabalhadores.

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-

² RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 18.

se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “*campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos*”.³

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, linguísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente:

*A situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia.*⁴

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, em que devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e

*(...) certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito.*⁵

Os discursos e os pronunciamentos também podem ser concebidos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior.⁶ Nesta perspectiva, a análise do discurso se baseia no lugar social: a própria produção, a época, em que circunstâncias políticas,

³ POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.p. 64.

⁴ POCOCK, John G.A. *Ibidem*, p. 39.

⁵ POCOCK, *Ibidem*, p. 82.

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exigiu interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Para o autor, a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas, e

"(...) é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações. " 7

A DÉCADA DE 1980: O APOIO AOS TRABALHADORES NA LUTA POR DIREITOS

A questão das greves no Brasil na década de 1980 está diretamente relacionada aos direitos sociais e à luta pela democracia. Em meio ao último governo da ditadura militar, a transição política e ao Governo da Aliança Democrática, os parlamentares petistas defenderam os direitos dos trabalhadores na Câmara dos Deputados por meio de denúncias, de críticas e de propostas políticas.

Na década de 1980, a mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma foi uma bandeira de luta do PT como expressão política dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiava uma minoria de privilegiados. Em meio ao regime militar, o partido se colocou na luta contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teve

⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Ibidem, p. 243.

um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, ou seja,

*O verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo.*⁸

A luta partidária nos anos 1980 era para garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático por meio do direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia era sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

No Encontro Nacional Extraordinário, realizado entre os dias 12 e 13 de junho de 1985, na cidade de Diadema, o Partido dos Trabalhadores demarcou sua posição partidária contrária ao continuísmo e ao pacto social proposto pelo Governo eleito no Colégio Eleitoral. Para o partido, a Aliança Democrática manteve a tutela militar e reeditava a política de arrocho econômico aos trabalhadores como paliativo da situação econômica e social do país: o pacto social com compromissos e objetivos fundamentais de manter-se fiel aos ideais de 1964.

Considerando a perspectiva do continuísmo governamental, a política do PT concentrava sua atuação no combate ao pacto social e à transição conservadora, apoiando e incentivando as lutas sociais por meio de campanhas, protestos, invasões e ocupações, e principalmente, a greve geral, um instrumento para quebrar o pacto social: *"assim, somos frontalmente contrários à reforma da Constituição proposta pela Aliança Democrática ou à concessão de poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986."*⁹

O Partido dos Trabalhadores propôs como alternativa democrática e popular, a mobilização pela Assembleia Constituinte livre, soberana e democrática, com a organização e a participação dos movimentos com suas reivindicações contra as frentes parlamentares que não se baseavam nas lutas

⁸ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, *Ibidem*, p. 70.

⁹ *Idem*, p. 188.

sociais. Para o PT, a democracia se construía pelas mãos dos trabalhadores e não canalizando as lutas no Parlamento. Nesse sentido, é necessária a redefinição das tarefas e dos membros do Diretório e da Executiva Nacional, a organização da atuação da bancada federal em novas bases e a visão da atuação legislativa e institucional do PT em torno das seguintes questões: a legislação eleitoral-partidária, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituinte e a lei salarial. As definições partidárias têm a concepção de que a bancada do PT no Executivo teria uma atuação considerável em relação à sua reduzida expressão numérica, e reafirmava a necessidade de os parlamentares seguirem as resoluções aprovadas:

Subestimar a importância do trabalho parlamentar e institucional, assumir posturas de permanente desconfiança em relação aos companheiros detentores de mandato popular, negar-lhes o direito de defender suas ideias no interior do Partido, mesmo que minoritárias, considerá-los como meros despachantes de luxo do movimento popular ou, então, como simples contribuintes à caixa do Partido, representa uma concepção tão equivocada para a construção do PT quanto a que aponta no sentido de partido parlamentar.¹⁰

O PT, em oposição à Aliança Democrática, delimitou o seu método de ação: a organização e a mobilização dos movimentos, principalmente porque as lutas institucionais foram insuficientes no Colégio Eleitoral, quando o partido atuou sozinho contra a conciliação e o consenso nacional. Os deputados federais eram valorizados, porque os interesses, os objetivos e os direitos dos trabalhadores dependeram da dedicação e da atuação no Congresso Nacional, espaço para a socialização e a luta política direcionada para a classe trabalhadora, uma confluência entre luta institucional e luta dos movimentos sociais.

A presença do PT nos movimentos sindicais na década de 1980 aconteceu por meio da direção, da solidariedade e do apoio às greves. Estas eram heterogêneas, acontecendo por motivos trabalhistas ou corporativos, por descontentamento social ou político, por demandas reprimidas pelo autoritarismo, ou como estratégias de consolidação de novas lideranças sindicais. As greves eram envoltas por discursos contrários que acusaram os manifestantes de usarem motivos políticos e a influência das esquerdas sobre os trabalhadores ou motivos econômicos que minimizaram a influência dos sindicatos. A realização das greves

¹⁰ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, *Ibidem*, p. 192-193.

na década de 1980 “*não fundamentam as análises mais acuradas de cada um dos campos, mas, além do impacto político que possuem enquanto tal, às vezes, à força da repetição, funcionam como autoconvencimento.*”¹¹

Para Giovanni Alves, a partir do ano de 1978 foi concebida a resistência operária à superexploração da força de trabalho que atingiu a lógica da acumulação capitalista por meio das greves e se tornaram referência para os movimentos sindicais. Para o autor, é um cenário rico em organização e luta contra patrões e governo com o surgimento do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), das greves gerais, por categoria e por empresa: “*espírito de luta e resistência operária e popular.*”¹²

Os anos 80 marcaram as greves como resistência de classe à perda hiperinflacionária, que contribuíram para as estratégias de confrontação e de mobilização por meio das centrais sindicais; de uma prática insubmissa e de confronto, principalmente pela CUT; da organização das bases com as comissões de fábrica, que ensaiaram novas estratégias de ação na sociedade brasileira:

*O verdadeiro valor político (e moral) das lutas sindicais dos anos 80, na perspectiva classista, consistiu em constituir, pelo menos em seu nível mais elementar, a consciência necessária de classe (e não um mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos).*¹³

Na década de 1980, o conflito trabalhista esteve concomitantemente relacionado à transição, que colocou as greves como canais de manifestação mais duradouros e elementos potencializadores do conflito, com as perdas do poder aquisitivo dos salários, o desrespeito às leis trabalhistas, o nível de conflitos do trabalho, a exclusão do movimento sindical da transição, a negociação praticada na esfera privada e negada na esfera pública. As reivindicações dos trabalhadores eram marcadas pelo aumento dos salários e contra o arrocho salarial, denúncia da manipulação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), em favor da fixação dos reajustes salariais, pela contestação à política econômica do Governo

¹¹ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 96.

¹² ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.p. 112.

¹³ ALVES, Ibidem, p. 116.

e do FMI, contra falta de liberdade sindical e política imposta pelo regime, as más condições de trabalho, pelo direito da criação da própria organização, no caso dos funcionários públicos, pelo direito a sindicalização, pelo direito de negociação, pelo direito de liberdade em assembleias, por protesto contra a demissão arbitrária dos trabalhadores e pela paridade salarial entre funcionários municipais, estaduais e federais, no caso dos funcionários da saúde. ¹⁴

Entre os anos de 1978 e 1984, as demandas econômicas estavam em pauta nos sindicatos, com o objetivo de reconquistar a defesa dos salários e a greve como cidadania política e estratégia privilegiada na política de abertura do Governo Federal. Segundo Skidmore, ¹⁵ nos anos entre 1980 e 1982, os empresários e o governo mudaram o comportamento diante das greves, levando os trabalhadores à derrota, com impacto forte e prolongado com as demissões em massa, a política econômica recessiva e a elevação da taxa de juros. O momento político era favorável para a revalorização da organização interna dos sindicatos com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em meio à situação política dos militares:

Delfim Neto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite, acabara. O Brasil era agora apenas mais um suplicante das boas graças do FMI. ¹⁶

Para Armando Boito Júnior (1996), a CUT surge no campo sindical combativo e em oposição ao governo de ditadura militar e ao governo civil tutelado pelos militares, e com plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, nasce com o objetivo de unificação da luta sindical das classes trabalhadoras:

Baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho nas condições dadas pelo bloco no poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no bloco no poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores. Essa estratégia da CUT não logrou reverter a

¹⁴ Os temas reivindicados pelos trabalhadores estão presentes em 57 discursos com a temática grevista desenvolvida pelos parlamentares petistas entre 1983 e 1989.

¹⁵ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁶ SKIDMORE, *Ibidem*, p. 452.

*tendência à deterioração dos salários, que se observa, grosso modo, ao longo dos anos 80. Contribuiu, porém, para unificar, política e ideologicamente, o campo democrático-popular.*¹⁷

Contudo, a estratégia cutista era limitada, porque não elegeu o capital monopolista como alvo da luta, não rompeu com a estrutura sindical corporativa do Estado e a luta salarial foi segmentada por categorias e datas-bases.

Na perspectiva de Marco Aurélio Santana, os anos 80 marcaram um contexto de transição política e elevada inflação, com reocupação do espaço político por meio do movimento dos trabalhadores, da fundação das centrais sindicais e das greves, que se ampliaram para categorias e regiões por todo o país. Na luta pelos direitos dos trabalhadores em meio ao processo de transição democrática, o movimento sindical lutou pela *“organização e consolidação de centrais sindicais, o aumento das taxas de sindicalização e a expansão da organização dos setores assalariados médios.*”¹⁸ Contudo, também teve dificuldades para se enraizar no interior das empresas, onde o trabalho foi esporso e pontual; as conquistas não foram generalizadas, se restringindo entre as categorias mais fortes e organizadas; e não alcançaram a redução efetiva das desigualdades sociais.

A historiografia sobre o sindicalismo nos anos 1980 demonstrou como foi importante o surgimento do movimento sindical, da organização dos trabalhadores e da ação política em meio ao período de ditadura militar e da transição política, e ressaltou as dificuldades do movimento em solucionar os problemas relativos à situação dos trabalhadores e aos problemas sociais no país. Ao se localizar no contexto de lutas dos trabalhadores e nas lutas sociais, os movimentos sindicais utilizaram das greves como método de ação política na década de 1980, lutando principalmente por melhores condições de vida e salariais.¹⁹

¹⁷ BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 3, p. 80-104, 1996.

¹⁸ SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. *Cadernos ADENAUER*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-49, 2002.

¹⁹ A justificativa para a atitude governista estava nos acordos firmados com o FMI, em que *“o Brasil se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária”*. SKIDMORE, *Ibidem*, p. 459.

Na Assembleia Nacional Constituinte, os direitos à livre sindicalização e à greve do funcionalismo público eram itens importantes defendidos pelos constituintes do Partido dos Trabalhadores. Para Paulo Paim, a Constituinte deve assegurar aos funcionários públicos tais direitos, contra o risco de continuarem as demissões e os abusos e *“porque, em todos os estados do País, esses funcionários fazem greves históricas em defesa de suas categorias e possuem suas associações profissionais.”* ²⁰ No dia da votação em plenário, a ausência de 215 constituintes motivou o inconformismo dos parlamentares petistas, porque os direitos seriam rejeitados. Para Eduardo Jorge, o servidor público brasileiro já praticava os dois direitos e os constituintes governistas queriam colocá-los na ilegalidade. Entretanto, os constituintes petistas lutaram para a consagração do direito de greve e de sindicalização dos servidores públicos na Constituição: *“não podemos admitir a discriminação dos servidores públicos em relação aos demais trabalhadores no Brasil.”* ²¹

A Assembleia Nacional Constituinte, longe de ser um espaço para a concretização da proposta da Aliança Democrática de conciliação e consenso nacional, mostrou-se um espaço de lutas políticas pelas garantias dos direitos. A greve e a sindicalização dos funcionários públicos eram direitos levantados e defendidos pelos constituintes petistas, sob o escudo protetor de defesa dos direitos dos trabalhadores, que tiveram por serem de categorias similares. Não conseguir o direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos era aceitar uma diferenciação entre os trabalhadores, o que para um partido que se intitula dos trabalhadores era péssimo, porque a classe trabalhadora estaria desunida com direitos desiguais. A universalização dos direitos dos trabalhadores era a meta almejada pelo PT na Assembleia Nacional Constituinte. A utilização do argumento salarial para afirmar a atuação parlamentar do PT como arma de denúncia e negação ao pacto proposto pelo governo levou o PT ao isolamento e à consolidação como ator político em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O salário mínimo era uma preocupação para os parlamentares, os trabalhadores e o Governo Federal. O Executivo propôs aos negociadores do pacto social o reexame da política salarial. Já no Senado, a obstrução e os pedidos

²⁰ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 14, 11/3/1988, p. 613.

²¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIII, nº. 16, 16/3/1988, p. 707.

de verificação de quórum continuaram a ser utilizados como armas nas discussões sobre o salário mínimo, e eram motivos de preocupação dos parlamentares petistas, especificamente para Paulo Paim, que afirmou que “o Senado Federal terá de assumir toda a responsabilidade, caso o salário mínimo não seja votado antes do recesso” do fim do ano de 1988.²²

O Congresso Nacional, então, votou o aumento do salário mínimo e o Governo Federal vetou sua aprovação. Paulo Paim afirmou que este poderia ser um dia histórico para a demarcação do novo salário mínimo, alterando-o para NCz\$ 139,00, atingindo 12 milhões de aposentados. O parlamentar convocou os demais parlamentares para participação na votação do veto presidencial: “vamos dar quórum e votar unanimemente também o veto ao novo salário mínimo, atendendo a esses milhares de trabalhadores.”²³ No entanto, os parlamentares não derrubaram o veto presidencial e mantiveram um salário baixo diante da crise econômica e social e da exploração capitalista no Brasil.

A reafirmação do Legislativo como espaço para socialização e luta institucional era importante para os deputados federais petistas, porque permitiram a continuidade da luta pela consolidação dos direitos dos trabalhadores no Parlamento brasileiro. Continuar, neste ponto, significou priorizar, principalmente o aumento do salário mínimo, que definitivamente não estava nos planos do Governo da Aliança Democrática. As propostas governistas não foram suficientes para melhoria salarial, e, entre vetos no Congresso e no Executivo, extremismo e intransigência eram juntos, uma dupla infalível contra os trabalhadores brasileiros. O Congresso Nacional, na imagem dos parlamentares governistas, não quis e não teve interesse em votar uma nova política salarial, afinal, seus vínculos com industriais, latifundiários, empresários, militares e o capital internacional, bem como seus objetivos políticos, eram incompatíveis com os anseios dos trabalhadores.

Os discursos dos deputados federais do PT voltaram seus interesses, após a luta e a conquista do direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público garantidos na Constituição Federal, e se unificaram em torno da responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação do salário mínimo. No plenário da Câmara

²² Diário do Congresso Nacional. Ano XLIII, nº. 127, 14/12/1988, p. 5185. O deputado federal Eduardo Jorge licenciou-se do mandato para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde na cidade de São Paulo entre 1º de janeiro de 1989 e 2 de abril de 1990.

²³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIV, nº. 32, 5/4/1989, p. 1773.

ficou evidente a falta de interesse dos parlamentares governistas na aprovação da política salarial que viabilizasse a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, os parlamentares petistas responsabilizaram o Executivo pela *"situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que veem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente."* ²⁴

As greves na década de 1980 foram apoiadas pelos deputados federais do PT, que lutaram pelo direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público e pela política salarial. Os movimentos sindicais reivindicaram o crescimento econômico, o bem-estar social e novos canais de negociação, e consolidaram os trabalhadores e os sindicalistas como atores políticos relevantes no processo de decisão política. Estas eram *"a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites."* ²⁵ Os deputados federais petistas lutaram institucionalmente pelas reivindicações dos trabalhadores na busca pela efetivação, legalização e incorporação dos direitos sociais e trabalhistas na Constituição Federal de 1988.

OS ANOS 1990: CRÍTICA À POSTURA SINDICAL DIANTE DO NEOLIBERALISMO

A questão das greves no Brasil na década de 1990 está diretamente relacionada aos direitos trabalhistas presentes na Constituição Federal de 1988. Com as vitórias nos pleitos eleitorais em 1990, 1994 e 1998 foi colocado em prática o neoliberalismo pelos Governos Federais e pelos parlamentares governistas, o que marcou a luta dos movimentos sindicais e dos parlamentares petistas na defesa dos direitos dos trabalhadores por meio da negociação e da crítica.

No Brasil, a década de 1990 foi o momento político em que ocorreu a efetivação da proposta neoliberal. A expansão do neoliberalismo na América Latina, principalmente no Chile, no Uruguai e na Argentina, na década de 1970, ocorreu com enfoque monetarista e atingiu a organização da economia e da sociedade:

O projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as

²⁴ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, Ibidem, p. 377.

²⁵ NORONHA, Ibidem, p. 122.

economias altamente inflacionárias e com elevados déficits na balança de pagamentos que esses regimes tinham herdado do período anterior."²⁶

No caso chileno, a participação dos empresários nacionais foi fundamental para a prática de políticas estabilizadoras, consolidadas com reformas econômicas e institucionais. As propostas para a área econômica foram: *"privatizações e abandono das funções reguladoras e desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital internacional"*.²⁷ As mudanças institucionais propostas aconteceram pela: *"reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política"*.²⁸

As reformas chilenas eram exemplos de modernidade e de modernização neoliberal para os países que assimilaram as mudanças radicais e tiveram a eficácia de minimizar a importância da política e da ação coletiva organizada para a sociedade, a despolitização dos problemas sociais, a imposição da perspectiva individualista e da estabilidade capitalista. Para Armando Boito Jr., o neoliberalismo é uma situação histórica nova de capitalismo monopolista, das virtudes da empresa privada e do mercado, que nunca questionaram as reformas do capitalismo; e teria a função política *"de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais"*.²⁹

Concomitantemente à proposta neoliberal, o Partido dos Trabalhadores mostrou como seria a relação partidária com os movimentos sindicais nas resoluções dos 7º, 8º, 9º e 10º encontros nacionais. No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi em São Paulo, o PT definiu o apoio à mobilização sindical e popular contra o Plano Collor, por meio da edição de uma lei salarial, para os aumentos reais de salários e para a reposição das perdas salariais. Para o partido, *"no plano da sociedade, o PT deve-se opor à recessão, articulando o movimento*

²⁶ GROS, Denise. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003. p. 33.

²⁷ GROS, *Ibidem*, p. 38-39.

²⁸ GROS, *Ibidem*, p. 39.

²⁹ *Ibidem*, p. 81.

sindical, popular, agrário, estudantil, da pequena e média empresa, entidades profissionais, evitando que a lógica recessiva do Plano Collor se imponha". ³⁰

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT colocou como prioridade para a vitória nas eleições em 1994, a retomada da mobilização dos movimentos sociais e sindicais e a luta contra a política neoliberal opressiva para a sociedade brasileira. Na concepção partidária, era necessária a vinculação dos movimentos sociais às lutas pelas reformas estruturais e propostas nacionais:

É nesse sentido que o PT deve orientar sua atuação nos movimentos populares, sindical, estudantil, de mulheres, negros, sua relação com as entidades da sociedade civil, com as Igrejas, com os partidos aliados e com os marginalizados. Trata-se de interessar milhões de trabalhadores e trabalhadoras para uma luta por mudanças, para a defesa de metas nacionais – como o combate à fome, a reforma agrária, a extensão da saúde e da educação a todos os brasileiros – que sinalizem o Brasil que queremos. ³¹

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT reconheceu a necessidade do engajamento da base social para as eleições de 1994 e para a realização das reformas sociais no Brasil. Para o Partido dos Trabalhadores, o movimento sindical como base social do partido é importante para a concretização do programa do futuro governo democrático e popular. Neste ponto, a criação de fatos novos é um potencial relevante para o movimento sindical e popular, pois:

As lutas por reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa, da desprivatização e função social do Estado e por uma política econômica que garanta a geração de empregos, devem fazer parte da agenda sindical do período. ³²

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari no Espírito Santo, o PT reconheceu a necessidade de reorganizar e rearticular os movimentos sociais por meio de seminários, da reconstrução e do fortalecimento das secretarias sindicais, da reaproximação das lutas da CUT e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

³⁰ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, *Ibidem*, p. 463.

³¹ *Idem*, p. 567.

³² *Id.*, p. 589.

A função dos movimentos sociais, neste momento, era a de colaborar para a reação ao projeto neoliberal, a ser realizado por meio da mobilização, da pressão, das atividades institucionais nos parlamentos e nos governos, e da articulação e da unificação dos projetos com os setores democráticos e populares:

*O PT deve ter como meta dirigir politicamente a ação dos petistas nos movimentos sociais, assumindo, como Partido, o que hoje é feito pelas tendências do PT, principalmente no movimento sindical.*³³

A década de 1990 evidenciou ao PT a árdua tarefa na defesa das lutas sociais no Congresso Nacional em meio à força política neoliberal. A aceitação da negociação como método de ação política foi relevante para a continuidade da luta parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores e simultaneamente a relação entre o partido, a central e os trabalhadores foi se deteriorando por causa da restrição da luta partidária às questões econômicas, como no combate ao Plano Collor; da dificuldade da defesa dos interesses e das reivindicações sociais; da ampliação da atuação política e da interferência nos movimentos sociais como justificativa para o estreitamento da relação às instituições políticas; e da dificuldade de construção do trabalho de formação política e de ações conjuntas com os movimentos sindicais e populares.³⁴

A prática política neoliberal conseguiu atingir e dividir o sindicalismo brasileiro em peleguismo e combativo. Os sindicatos representados pela Força Sindical – central criada no ano de 1991 – aderiram ao neoliberalismo, sem compromisso com a ideologia neoliberal, em uma prática cotidiana essencialmente governista com *“discurso, programa escrito e ação prática assumem a defesa aberta das principais ideias e de boa parte das propostas políticas neoliberais”*.³⁵ E os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em meio a conjuntura de desintegração da União Soviética, a filiação a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), a reunificação dos

³³ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, Ibidem, p. 640.

³⁴ Ainda assim, haveria uma preocupação interna no PT perante a sociedade, pois *“é preciso que o Partido seja capaz de propor aos movimentos objetivos que, mesmo não fazendo parte de suas reivindicações específicas, possam ser capazes de articular suas necessidades com as necessidades do conjunto dos setores democráticos e populares”*. RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, Ibidem, p. 642.

³⁵ BOITO JUNIOR, Ibidem, p. 83

partidos burgueses no Congresso Nacional e os Governos Neoliberais, assumiram uma posição defensiva, com a intenção de ampliar as alianças e

Acima de tudo, a defesa dos direitos sociais ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e dos setores da economia nacional ameaçados pela desnacionalização. ³⁶

Para Giovanni Alves, ³⁷ os anos 1990 representaram o momento do novo e precário mundo do trabalho, em que é necessário repensar o confronto e as greves e instaurar novos procedimentos de negociação com o capital por meio da livre negociação de salários, da concessão de abonos e de antecipações salariais. Para o autor, a ofensiva do capital na produção fez o movimento sindical repensar os limites da linha de ação e da prática sindical convencional, e incorporar a lógica do capital, *“ou seja, perder os seus vínculos históricos com o movimento social de contestação à dominação capitalista”*. ³⁸

Em oposição à interpretação acima, Marco Aurélio Santana ³⁹ afirma que as mudanças ocorridas no sindicalismo afetaram também a sociedade brasileira por meio da implantação de ajustes econômicos com abertura comercial e privatizações, e da estabilidade econômica. No decorrer da década de 1990 houve duros golpes no sindicalismo nacional representado pela CUT, com a abertura econômica, a privatização, a estabilização e as altas taxas de desemprego, além de mudanças nas pautas de reivindicação dos sindicatos por meio da reorganização de práticas e estratégias relacionadas as greves. Outro duro revés no sindicalismo cutista foi o cenário de enfrentamento das dificuldades históricas do sindicalismo como *“articular e generalizar suas lutas e problemas na interiorização de suas práticas para o chão de fábrica; e, ainda, padeceu de uma divisão que dificultou ainda mais suas ações”*. ⁴⁰

Em meio à prática política neoliberal, o sindicalismo e a sociedade brasileira precisaram rever as formas de atuação diante de uma concepção política nefasta aos trabalhadores do país, que atuou com o objetivo de derrotar cada direito

³⁶ BOITO JUNIOR, *Ibidem*, p. 91

³⁷ ALVES, *Ibidem*.

³⁸ *Idem*, p. 123

³⁹ SANTANA, *Ibidem*.

⁴⁰ *Idem*, p. 8.

conquistado e para desarticular qualquer traço dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores. Momento de repensar e redefinir formas de ação política nos sindicatos e que teve seus reflexos nos discursos dos deputados federais do PT na Câmara dos Deputados.

O plano econômico do Governo Federal no ano de 1990 buscou soluções para o déficit público por meio da deterioração dos empregos, da restrição à contratação de novos empregados, da falta de investimentos nas indústrias existentes e na demissão dos trabalhadores. As reivindicações dos trabalhadores nos portos nacionais mostraram a maneira precipitada e aventureira de condução dos serviços públicos, do arrocho salarial e do desemprego como consequência da livre negociação defendida pelo Governo Federal. Para José Genoíno, a eficácia, a competência e a transparência na reforma no Estado brasileiro, contrariou a proposta governista que visava *“apenas, à eliminação dos obstáculos e à constituição de espaços para um processo lento e progressivo de privatização de fortalecimento do papel da iniciativa privada do sistema portuário”*.⁴¹

A proposta de entendimento nacional colocada pelo Executivo, por meio do Plano Collor, não foi aceita pelos petroleiros porque, como funcionários da estatal Petrobrás, pediram uma reavaliação da demissão de mais de 300 trabalhadores em todo o país. A reação governista veio por meio de inflexibilidade na negociação com a categoria e discussão com a perda salarial que ultrapassaria os 300%. Os trabalhadores, então, implantaram uma luta para impedir o sucateamento e a destruição da empresa estatal. A opção do Governo Federal pela falta de negociação teve reflexo na humilhação, na demissão e no achatamento salarial dos petroleiros.⁴²

A resolução da situação do movimento grevista dos petroleiros envolveu as lideranças partidárias, a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a direção da Petrobrás e as autoridades governistas, para evitar medidas precipitadas e arbitrarias como intervenção militar ou chantagem política, e para

⁴¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 57, 30/5/1990, p. 5960. Para Santana (2011), a greve dos trabalhadores portuários, *“tinha como ponto central a pressão sobre os deputados que votariam o chamado projeto de modernização dos portos”*. SANTANA, *Ibidem*, p. 4.

⁴² Em meio a situação dos trabalhadores grevistas, o PT no seu 7º Encontro Nacional definiria a necessidade de *“uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil e pelos partidos de esquerda, para lançar o movimento sindical em jornadas de protesto e luta contra o Plano e preparar uma greve geral”*. RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, *Ibidem*, p. 456.

encontrar uma saída negociada. Para Paulo Paim, o Congresso Nacional pôde contribuir para uma proposta de conciliação entre os interesses dos petroleiros em greve e as necessidades da sociedade brasileira na busca de um consenso para evitar a falta de combustíveis. Para o deputado federal, não houve possibilidade para

(...) que este Governo que fala em entendimento para a reconstrução nacional, não esteja aberto ao diálogo e não inicie um trabalho de negociações sério e produtivo que venha a acabar com o referido impasse em que se encontra a categoria dos petroleiros e a direção da Petrobrás. ⁴³

Para os deputados federais contrários ao movimento grevista, os líderes sindicais não respeitaram as decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que declarou a ilegalidade da greve, e não respeitavam os interesses dos consumidores de combustíveis e das donas de casa. Para José Lourenço (PDS), os líderes sindicais eram irresponsáveis com as greves que afetaram a paz social do país, e por isso apelava ao presidente Fernando Collor de Mello:

(...) no sentido de que mande hoje ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional, a fim de acabar com os privilégios de meia dúzia de maus brasileiros; uma proposta que acabe com o monopólio estatal do petróleo. ⁴⁴

O desmantelamento do serviço público era o método de ação política praticada pelos Governos Federais na década de 1990. A recusa em negociar as reivindicações dos trabalhadores em greves e a atitude privatizante foram as soluções encontradas para criminalizar os servidores públicos brasileiros, acusados de lutar pelos seus interesses corporativos. A violência sobre o funcionalismo público representou a intransigência estatal para a prática do diálogo e da negociação, defendida e enfatizada pelos parlamentares petistas na crença democrática como único método capaz de solucionar os problemas sociais do país.

A negociação é um item divergente nas análises do movimento sindical na década de 1990. Os autores Marco Aurélio Santana, Iram Jácome Rodrigues e Heloísa de Souza Martins concebem a negociação de forma positiva. Santana afirma que os sindicatos buscam a “*incorporação de práticas alternativas de*

⁴³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2200.

⁴⁴ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 20, 20/3/1991, p. 2217.

*intervenção, negociação e organização (Câmaras Setoriais/Regionais, políticas públicas e sociais, e articulação no âmbito do Mercosul)”*⁴⁵ e Martins & Rodrigues mostram que a negociação é uma estratégia propositiva colocada em prática pelo sindicalismo cutista no início dos anos 90 “*com o objetivo de garantir uma reforma do sistema de relações de trabalho mais favorável aos trabalhadores*”.⁴⁶

A interpretação da negociação como forma prejudicial para os movimentos sindicais no Brasil é feita por Armando Boito Jr.⁴⁷ e Giovanni Alves.⁴⁸ Para Boito Jr., a proposta de sindicalismo propositivo da Articulação Sindical da CUT por meio de alternativas concretas mostrou a mudança de concepção e de estratégia do sindicalismo brasileiro com a parceria e a colaboração entre governo, patrões e trabalhadores. A efetividade da negociação levou as políticas setoriais e a constituição de fóruns tripartites, ao abandono do confronto e a omissão de questões ligadas aos trabalhadores sob a justificativa do realismo político em que “*se procura elaborar propostas que possam, no entender da corrente Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder*”.⁴⁹ Para Alves, a mudança de orientação do confronto para a disponibilidade do diálogo é uma farsa concertativa em meio à crise do sindicalismo na década de 1990:

*(...) é a adoção de um neopragmatismo sindical, com a incorporação do discurso da ‘concertação social’, que apenas representa uma estratégia política de sobrevivência de parcelas organizadas da classe diante da ofensiva do capital na produção.*⁵⁰

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares petistas utilizaram a negociação como método de ação política na década de 1990, como meio de buscar soluções concretas para os trabalhadores e a sociedade brasileira. Como atores políticos, fizeram críticas e denúncias relacionadas à prática política dos movimentos sindicais e dos governos neoliberais. A seguir estão os discursos relacionados à atuação política e social do movimento sindical, da greve dos

⁴⁵ SANTANA, *Ibidem*, p. 11

⁴⁶ MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jacomé. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11(2), p. 155-182, out. 1999, p. 160.

⁴⁷ BOITO JUNIOR, *Ibidem*.

⁴⁸ ALVES, *Ibidem*.

⁴⁹ BOITO JÚNIOR, *Ibidem*, p. 93.

⁵⁰ ALVES, *Ibidem*, p. 120.

petroleiros, da greve geral, da criminalização dos movimentos sociais e da (não) negociação.

O reconhecimento da necessidade de mudanças nas estratégias e nas ações dos movimentos sindicais era importante para que as categorias profissionais não entrassem isoladamente em greve e para que conseguissem os objetivos das reivindicações, como o reajuste salarial anual. Para Carlos Santana, o amadurecimento do movimento sindical é importante para reconhecer que os métodos do passado não estavam se concretizando na década de 1990, principalmente pela falta de orientação e de direção política:

As Centrais Sindicais não estão dando nenhuma direção. Fui Presidente da CUT do Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, e sei que o movimento sindical está completamente arrasado. Estamos verificando, cada vez mais, a situação das categorias que estão sofrendo, que não estão tendo orientação no sentido de que temos de unificar. Sabemos que há vários operários que ganham R\$250,00, R\$400,00, com o que não dá para sobreviver. Ao mesmo tempo, Deputados do campo chamado progressista - e não podemos fazer demagogia quando algumas categorias entram em greve - se limitam simplesmente a mandar um telegrama de solidariedade para essas categorias.⁵¹

Para o parlamentar, é fundamental a união das categorias que pretendem utilizar a greve como instrumento de reivindicação dos direitos salariais para combater o arrocho salarial vigente no país, porque:

Hoje, o movimento sindical está estraçalhado, porque não tem liderança, nem uma participação mais ampla. Não estamos conseguindo reunir nem as diretorias do sindicato para discutir um movimento mais amplo, e há necessidade disso neste País.⁵²

Para Santana, a falta de perspectiva, de reunião e de ampliação dos debates com a sociedade e com o funcionalismo público das estatais representavam o pior momento dos movimentos sindicais. Por isso, “as centrais sindicais têm de tomar alguma providência, porque não podemos mais ficar vendo categorias partirem para greves isoladamente, sem qualquer resultado”.⁵³

A crítica de Carlos Santana às centrais sindicais mostrou o distanciamento entre a prática parlamentar e a luta sindical no país. A incapacidade dos sindicatos

⁵¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15049.

⁵² Idem.

⁵³ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 24, 8/12/1994, p. 15050.

na condução das greves dos trabalhadores com os métodos utilizados nos anos de 1970 e 1980 impossibilitou o sindicalismo não enxergar a atitude governista para a divisão do movimento sindical. A falta de lideranças, de união entre os trabalhadores e de atuação parlamentar fragilizou os movimentos reivindicatórios no momento de negociação com os governos. Era necessário mudar a postura e rever o fechamento diante da sociedade, impedindo seu apoio, sua sustentação e sua defesa para os movimentos sindicais.

No ano de 1995 iniciava a luta dos deputados federais petistas pela negociação entre o Governo Federal e os trabalhadores em greve, e marcava a crítica dos movimentos sindicais à política neoliberal. Para Fernando Ferro, a paralisação anunciada pela CUT serviu como uma resistência pacífica, *"mas firme dos trabalhadores, do Congresso Nacional e das pessoas que não querem abaixar suas cabeças frente a essa ofensiva de desmanche do Estado brasileiro"*.⁵⁴ A união e a mobilização da sociedade e dos movimentos sindicais eram importantes na luta contra a política neoliberal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como meta para o Estado brasileiro, afinal:

*(...) os intelectuais tucanos têm de assumir os seus compromissos com a lógica do capitalismo. Portanto, não há por que criar ilusões com esse tipo de aliança. Estão convivendo, estão coabitando com o ideário que propõe o desmanche do Estado brasileiro.*⁵⁵

A atitude do Executivo diante das reivindicações dos trabalhadores teve como resposta a continuidade do arrocho salarial, a falta de negociação, uma campanha publicitária desqualificatória e de pressão no Congresso Nacional para a permissão da quebra dos monopólios estatais. Para João Paulo Cunha, as greves teriam a função de resgate da dignidade do trabalho e do salário, principalmente porque o Governo Federal continuava com a política da pobreza e da fome para os trabalhadores brasileiros. Para o deputado federal, as greves:

⁵⁴ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 68, 28/4/1995, p. 7615. Para Heloísa de Souza Martins & Iram Jácome Rodrigues, a greve no início do mandato mostrou o lado intransigente do governo, pois "face à proposta governamental de levar às últimas consequências o processo de desregulamentação da economia, privatização das empresas estatais, reforma da previdência etc., a atitude dura frente aos trabalhadores grevistas tinha como objetivo, certamente, quebrar a espinha dorsal do movimento sindical". MARTINS & RODRIGUES, *Ibidem*, p. 159.

⁵⁵ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 68, 28/4/1995, p. 7615. Para Marco Aurélio Santana, os primeiros meses de governo FHC tiveram forte oposição do movimento sindical por causa dos "planos de privatização e quebra de monopólios do setor estatal, buscados pela via da reforma constitucional, o governo atraiu sobre si uma onda de greves contrária às suas propostas". SANTANA, *Ibidem*, p. 5.

*(...) precisam ser tratadas com seriedade pelo Congresso e pelo Governo Federal. A participação do trabalho na cena brasileira é absolutamente secundarizada em detrimento do capital e da ordem econômica.*⁵⁶

A greve dos petroleiros confirmava a situação de convulsão social no país pela falta de combustíveis, e o Governo Federal evitava a negociação com a intenção de culpar e derrotar o movimento sindical perante a sociedade brasileira. Para Paulo Paim, a negociação era a última tentativa para evitar a greve, que interessava aos petroleiros porque *"este País não resiste a mais uma semana de greve, e os petroleiros, que sabem disso, estão com a responsabilidade de chamar o Governo para o diálogo, para o entendimento"*.⁵⁷ Para Fernando Ferro, a luta dos trabalhadores continuava, mesmo com o fim da greve dos petroleiros, principalmente para se defenderem da proposta autoritária e antidemocrática dos parlamentares governistas com a não permissão de manifestação legítima dos trabalhadores brasileiros por meio dos sindicatos: *"não podemos incentivar a prática de destruição da organização dos trabalhadores"*.⁵⁸

A negociação como proposta política mostrou a tentativa dos parlamentares petistas de ressaltar os aspectos democráticos e constitucionais das reivindicações dos trabalhadores por meio da crítica à atitude governista em direcionar o problema da greve para a sociedade e ir contra os grevistas, e do conflito entre parlamentares petistas apoiadores e de deputados federais contrários ao movimento. Assim, a radicalidade ficou do lado governista, intransigente para com as reivindicações dos trabalhadores em greve, enquanto os parlamentares petistas continuavam defendendo a negociação como método para solucionar as requisições das lutas sindicais.

O uso da força militar da polícia por parte do governo federal neste período mostrou como foi a reação governista para com as reivindicações dos trabalhadores. Para Paulo Delgado, os governantes encontraram a forma de controlar os anseios da sociedade por meio da institucionalização da violência dos conflitos sociais, por isso era *"preciso evitar a criminalização dos conflitos sociais."*

⁵⁶ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 77, 12/5/1995, p. 9699.

⁵⁷ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 84, 23/5/1995, p. 10814.

⁵⁸ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 92, 3/6/1995, p. 12007. Para Santana, a reação governista a greve dos petroleiros com o corte de ponto, as faltas nos dias parados, a lista com o nome dos faltosos, a possibilidade de demissão em caso de função comissionada teve o objetivo de atingir a CUT como principal opositor, e *"aqui, teríamos o ponto de inflexão para o movimento sindical nacional, que se agravaria com o avançar das transformações econômicas"*. SANTANA, *Ibidem*, p. 6.

Uma passeata, um ato público e uma manifestação de protesto são perfeitamente cabíveis e queridos dentro do sistema democrático. ⁵⁹

Para José Genoíno, a moderação, o controle e a autoridade são itens necessários para a força policial nas manifestações legítimas e democráticas, e evitar o uso da truculência e do radicalismo sobre os trabalhadores. A preparação firme, detalhada e controlada dos dirigentes sindicais, para evitar o uso da violência pelos manifestantes, é importante para reivindicar o combate à crise social e a legitimidade da pauta. As ruas demonstraram o descontentamento social e:

Temos a tarefa e a responsabilidade de fazer com que essas manifestações tenham determinado nível de organização, preparo e direção, para impedir que, nesse clima de insatisfação e insegurança social, algum tipo de aventura comprometa seus objetivos. ⁶⁰

O desafio para as instituições democráticas era a incorporação da dimensão institucional dos movimentos sociais, para que ultrapassasse a pressão e o radicalismo *do tudo ou nada*. A negociação era o instrumento necessário para solucionar os impasses artificiais entre os movimentos e as instituições. Para José Genoíno, os impasses que surgiram na intransigência de não negociar e não ceder às reivindicações e os objetivos do Governo Federal e dos movimentos sociais mostraram a fragilidade do Congresso Nacional em solucionar as greves no país. A dimensão institucional dos movimentos sociais era fundamental para a defesa da:

(...) democracia social com a garantia de direitos, promoção da cidadania e construção de um patamar mínimo de dignidade e civilização do ponto de vista da decência social. E são da essência do movimento social a disputa, a pressão e a negociação. ⁶¹

A solução parlamentar para a situação dos movimentos sociais e sindicais era a institucionalidade democrática como método político para a garantia dos

⁵⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13527. A perspectiva dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores é similar a de Vera Lúcia Vieira sobre a criminalização dos movimentos sociais. Para a autora, a criminalização acontece porque as leis continuam a ser estabelecidas pelo alto e “têm como preceito básico, não o atendimento das demandas sociais, mas, pelo contrário, a rearticulação do bloco do poder de forma a apaziguar, cooptar e anular as demandas sociais latentes” VIEIRA, Vera Lúcia. Criminalização das Lutas Sociais em Estados autocráticos burgueses. *Projeto História*, São Paulo, v. 31, p. 189-205, 2005. p. 198.

⁶⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 85, 21/5/1998, p. 13541.

⁶¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 105, 19/6/1998, p. 16777.

direitos sociais, mostrando o distanciamento das lutas nas ruas e na Câmara dos Deputados. Contudo, a capacidade dos parlamentares de intervenção na solução das greves no país se mostrou limitada, porque não conseguiu defender e negociar a pauta com o Governo Federal.

A livre negociação – defendida no início da década de 1990 – era incentivada pelos Executivos sob o argumento de não intervir nas relações de trabalho entre empresários e trabalhadores. No entanto, os próprios Governos Federais colocavam em prática uma política de não negociação com os sindicatos. Entre a livre negociação e a negociação estava o olhar observador e parcial dos neoliberais em toda a década de 1990, em que as tensões foram explícitas em atos de autoritarismo sobre os movimentos reivindicatórios por direitos, e as opções políticas foram direcionadas para o capital. Para Heloísa de Souza Martins & Iram Jacóme Rodrigues,⁶² a característica geral entre os anos de 1995 e 1998 pode ser restrita a flexibilização: do lado do Executivo e dos empresários resolveria o desemprego com a redução do custo do trabalho; e do lado dos trabalhadores, traria a jornada de trabalho flexível, o banco de horas e a diminuição das horas extras:

Na prática, entretanto, a livre negociação era limitada pelo quadro econômico de recessão e desemprego e pelas medidas governamentais que deslocavam para o interior da empresa o processo de negociação, dificultando a participação das entidades sindicais.⁶³

O método da negociação como prática política entre os trabalhadores e os Governos se mostrou insuficiente para que as reivindicações dos trabalhadores fossem aceitas. Negociar e não garantir uma resposta política concreta demonstrou a ineficiência da prática negociadora defendida pelos parlamentares petistas, principalmente porque os Executivos optaram por governar sem diálogo e sem negociação com os sindicatos e com os parlamentares opositores. Como não houve aceitação no método de governar, o uso da repressão e do radicalismo por meio da força policial explicitou traços de autoritarismo nas relações entre Estado e movimentos sociais. Os parlamentares do PT mostraram a

⁶² MARTINS & RODRIGUES, *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*, p. 172.

continuidade da tentativa de intervir nos movimentos sociais, repudiando o uso da violência e orientando o controle dos dirigentes sobre os manifestantes sociais.

Em uma década marcada pelo neoliberalismo como projeto político implantado no Brasil por meio dos Governos Federais, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores optaram pela negociação como método de ação política no Legislativo. Contudo, a intransigência governamental diante dos parlamentares opositoristas e dos movimentos sindicais mostrou como as reivindicações dos trabalhadores diante da livre negociação entre empresários e trabalhadores e da negociação entre sindicatos e Governos, principalmente na greve dos petroleiros, não surtiram efeito.

Considerações finais

As situações conflitivas demonstraram como a relação entre parlamentares e os movimentos sindicais eram tênues, principalmente porque os deputados federais do PT se consideravam capacitados para sugerir métodos inovadores para que o sindicalismo brasileiro reagisse diante da política neoliberal. O apoio e a crítica aconteceram em fatos singulares da função do partido e dos movimentos sociais, em meio às greves e à criminalização, em que as expectativas sindicais não foram apoiadas pela sociedade brasileira, mesmo com o neoliberalismo atingindo a todos e sem exceção, e a continuidade do uso autoritário da força policial contra a sociedade.

Os discursos dos deputados federais do PT voltaram seus interesses, após a luta e a conquista do direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público garantidos na Constituição federal, e se unificaram em torno da responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação do salário mínimo. No plenário da Câmara ficou evidente a falta de interesse dos parlamentares governistas na aprovação da política salarial que viabilizasse a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, os parlamentares petistas responsabilizaram o Executivo pela *"situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que veem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente"*.⁶⁴

⁶⁴ RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, *Ibidem*, p. 377.

Se as greves na década de 1980 foram apoiadas pelos deputados federais do PT, que lutaram pelo direito de greve e de sindicalização do funcionalismo público e pela política salarial e os movimentos sindicais reivindicaram o crescimento econômico, o bem-estar social e novos canais de negociação consolidaram os trabalhadores e os sindicalistas como atores políticos relevantes no processo de decisão política. Já nos anos 90, com a força do projeto neoliberal e a opção pela negociação, fizeram com que os atores políticos e sociais entrassem em dissonância nos métodos de ação política. Por meio do posicionamento dos parlamentares petistas diante dos movimentos sindicais nas décadas de 1980 e 1990, o que se percebe é um distanciamento entre as orientações partidárias, os legisladores e os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249.

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 3, p. 80-104, 1996.

GROS, Denise. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jacomé. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11(2), p. 155-182, out. 1999.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome. Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90. *Tempo Social*, São Paulo, 14(1): 137-157, maio de 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. *Cadernos ADENAUER*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-49, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, Vera Lúcia. Criminalização das Lutas Sociais em Estados autocráticos burgueses. *Projeto História*, São Paulo, v. 31, p. 189-205, 2005.